



Proposta de plataforma política para a Oposição Combativa

1) Em defesa da unidade das oposições

Pouco antes da Plenária que deliberou pela constituição da Oposição Combativa, a Corrente Proletária divulgou um documento intitulado “Carta aberta às correntes e militantes de oposição no SINPEEM, e aos trabalhadores em geral da rede municipal de ensino”. A essência da “Carta” se baseava na ideia de que a Plenária não poderia servir de instrumento de mais divisão no seio da oposição. Isso porque estava clara a intenção de uma parte dos que estavam constituindo o encontro de formar um agrupamento à parte da frente já existente, a Unidade da Oposição, composta majoritariamente por correntes do PSOL, mas que congrega também a Corrente Proletária e outras organizações políticas.

A “Carta” indicava que a conjuntura, marcada pelo acirramento da crise do capitalismo, exigia tomar o sindicato para a luta, dado que hoje se encontra nas mãos de uma burocracia contrária aos interesses dos trabalhadores. Em outras palavras, colocar essa importante ferramenta política, que é o SINPEEM, sob o controle da própria categoria.

Reafirmamos nessa plenária nossa defesa da unidade das oposições. Colocamos nossa disposição em construir uma frente, permanecendo ao mesmo tempo dentro da Unidade da Oposição, contra que se estabelecesse mais uma fragmentação no campo oposicionista. Defendemos que a Oposição Combativa se consolide como uma frente prática de luta, de acordo com o objetivo de derrotar a camarilha burocrática liderada por Cláudio Fonseca. Os eixos iniciais que podem servir à essa unidade são as bandeiras de democracia operária e independência de classe no SINPEEM.

Essa frente de luta deve manter a mais ampla liberdade de crítica entre seus membros, e garantir a autonomia dos trabalhadores e correntes organizadas. As divergências devem ser debatidas abertas e francamente. E que se pautem pela defesa das reivindicações vitais dos explorados, com uma política classista, que extravasem o campo da Educação.

2) Política educacional e questão sindical

Defender a Educação pública

A falência do ensino é um fenômeno que salta aos olhos. A Educação vem sofrendo com um profundo processo de decomposição, reflexo da desagregação geral do sistema capitalista. São vários os sintomas desse problema, que vão da baixa aprendizagem, evasão, violência, até a deterioração física das escolas. A Educação que temos é mutiladora das capacidades físicas e intelectuais dos que estudam e trabalham.

A precarização, em geral, tem avançado a passos largos. A terceirização e a privatização são evidências nesse sentido. Os terceirizados recebem menos e não possuem os mesmos direitos. Ganha destaque nessa questão o problema da estabilidade no emprego. A rotatividade da força de trabalho é imensa entre os terceirizados, dificultando inclusive a sua organização sindical. Já a privatização tem penetrado

por diversos meios, como a segurança, cozinha, limpeza, além do ensino a distância (EaD), com a venda das plataformas digitais e de toda a parafernália tecnológica, cada vez mais presente na formação dos professores e em parte do currículo (BNCC – Base Nacional Comum Curricular). O EaD é uma excrescência do capitalismo, que só amplia o divórcio entre teoria e prática na Educação.

A esses elementos se soma o ensino de tempo integral, que só implicou em maior tempo de permanência dos jovens na mesma escola falida de sempre, além de expulsar o aluno-trabalhador, pois levou ao fechamento de escolas, turnos e salas (do regular e da EJA), particularmente do período noturno. Prejudicou os professores também, dificultando a composição de jornada e os acúmulos de cargos (lembrando que o magistério se vê na obrigação de recorrer ao acúmulo devido à miséria salarial).

De conjunto, esses ataques se encontram condensados na reforma do ensino médio/BNCC. E tem crescido a rejeição do “Novo Ensino Médio” nas escolas do país. As denúncias quanto aos chamados “itinerários formativos”, com disciplinas como “trilhas radicais”, “brigadeiro caseiro” e “pegada ecológica”, mostram a que nível chegou a decomposição do ensino.

O fato de serem poucas as unidades de ensino médio na rede municipal de SP não pode desviar o SINPEEM do caminho do enfrentamento unitário a essa contrarreforma. A essência desta está no fortalecimento da mercantilização e nos reacionários EaD e ensino de tempo integral, que são elementos que nos afetam diretamente. É preciso aprovar a luta pela revogação do “Novo Ensino Médio”, pelo fim da terceirização do trabalho nas escolas, além do rechaço à privatização, em todas as suas formas.

E não há outra via a não ser colocar-se pelo fim de todo o sistema privado e pela estatização de todo o sistema de ensino, constituindo o sistema único gratuito. A defesa consequente da Educação pública implica o combate à Educação privada. A coexistência entre o ensino público e privado tem levado cada vez mais à decomposição do público e fortalecimento da mercantilização da Educação.

A luta por um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social, sob o controle de quem trabalha e estuda, permite a unidade dos explorados, que estão cada vez mais alijados do acesso à Educação em todos os níveis.

Em defesa da vida dos trabalhadores em Educação em unidade com os demais explorados

As condições de vida da maioria dos trabalhadores em Educação do município de São Paulo vêm piorando a cada dia. São obrigados a trabalhar em mais de uma rede de ensino para conseguir um salário melhor. No entanto, isso acarreta profundas mazelas físicas e mentais. Soma-se a isso a elevada jornada de trabalho e as precárias condições de ensino. O adoecimento da classe é amplamente conhecido. Isso

está diretamente vinculado ao rebaixado nível salarial pago pelo governo e a precarização das condições de trabalho.

Por outro lado, a burocracia sindical pouco faz para solucionar esses problemas. As campanhas salariais deixaram de envolver os principais interessados, que são os trabalhadores da Educação. Não há assembleias para decidir os índices de reajuste. As negociações com o governo são feitas às costas dos trabalhadores, que sempre são penalizados com os baixos índices oferecidos pelo governo, e com o aval da direção do sindicato.

Os trabalhadores sofrem com as contrarreformas aprovadas pelos governos, principalmente a previdenciária, que obriga a trabalharem por mais tempo, penalizando ainda mais suas condições de trabalho. Nesse sentido, uma direção classista deve lutar pela revogação de todas as contrarreformas, pela melhoria das condições de trabalho e pela elevação salarial, que permita a manutenção do trabalhador em uma única rede de ensino, com estabilidade no emprego. Defender o salário mínimo vital, aprovado em assembleia, que permita a manutenção da família de um trabalhador.

É preciso romper a política corporativista das direções sindicais e avançar para a unidade com os demais explorados. As centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos devem convocar um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios de avenidas. Vincular a luta pelas reivindicações da Educação com as reivindicações gerais, como emprego, salário e direitos. A conquista dessas reivindicações somente terá êxito através dos métodos próprios dos trabalhadores, que é o da ação direta. Ou seja, através das assembleias democráticas, das grandes manifestações massivas de ruas, dos bloqueios, ocupações e piquetes.

Em defesa da democracia operária, independência de classe e do método da ação direta

Diante do aprofundamento da crise econômica, que atinge diretamente a vida da maioria dos trabalhadores, precarizando suas condições de vida e retirando direitos históricos, é fundamental que os trabalhadores tenham os sindicatos, que são sua ferramenta de luta, em suas mãos. Precisam dos sindicatos para organizar a resistência coletiva, pois não há outro meio de se defender.

A história da luta de classes já demonstrou a importância da luta pelas reivindicações mais sentidas das massas como etapa obrigatória no sentido da elevação da sua consciência classista. Os revolucionários estão obrigados a utilizar os sindicatos como ferramenta auxiliar na luta pela revolução e pelo socialismo. Simultaneamente, a burguesia necessita cooptar as direções dos organismos das massas justamente para cumprir o objetivo inverso, de contenção do instinto de revolta, que brota das condições objetivas.

Está aí o papel contrarrevolucionário das burocracias sindicais. E está aí a razão fundamental do fechamento dos sindicatos àqueles que defendem os métodos da ação direta e da luta de classes. As direções sindicais, populares e estudantis estão com as mãos amarradas. São obrigadas a defender a governabilidade de Lula e, assim, se colocar contra a organização de um movimento forte, unificado nacionalmente, em defesa das reivindicações dos oprimidos. Nesse sentido, é preciso trabalhar na contracorrente para pôr em pé uma oposição classista e de luta, que esteja assentada nos princípios da democracia operária, e da independência organizativa e política diante do Estado e dos governos.

3) Conjuntura nacional e internacional

Oposição revolucionária ao governo Lula/PT! Combater os direitistas Tarcísio e Nunes com os métodos da luta de classes!

O recém-eleito governo de frente ampla do Lula/PT assume em uma situação de avanço da crise econômica mundial e em meio à crise política, que teve como estopim a tentativa de golpe em 8 de janeiro. Diante dessa realidade, a

Corrente Proletária vem mostrando que a vitória de Lula abriu uma nova etapa da crise política, com a constituição de um governo de frente ampla, que abriga boa parte dos partidos que encabeçaram o golpe de Estado de 2016.

Trata-se de um governo de conciliação entre o capital e o trabalho. Portanto, será um governo de ataque a vida das massas, profundamente submetido aos partidos oligárquicos e ao imperialismo. Não terá como revogar as contrarreformas trabalhista, previdenciária, a Lei do Teto de Gastos, a Lei da Terceirização e a do Ensino Médio, impostas pelos governos de Temer e Bolsonaro.

O governo Lula é de continuísmo e não de ruptura com os fundamentos econômicos adotados pelo governo Bolsonaro. Por isso, não se coloca pela revogação das contrarreformas. Procura apenas se diferenciar em relação ao obscurantismo, que foi a marca do governo ultradireitista de Bolsonaro.

Na questão internacional, diante da pressão do imperialismo em torno ao conflito na Ucrânia, Lula acabou tendo de se curvar, endossando a condenação unilateral à Rússia, sem observar as contradições do conflito. O Brasil capitulou diante da decisão da ONU ao votar a resolução do imperialismo. A proposta de constituir um grupo de países não envolvidos diretamente na guerra para negociar o fim das hostilidades foi completamente desconsiderada pelos Estados Unidos e Aliados.

A Ucrânia está sendo usada como bucha de canhão do imperialismo, ao mesmo tempo em que é usada como escudo pela Rússia, a qual se defende aplicando uma linha de opressão nacional. Daí a necessidade de lutar pelo fim da guerra e defender uma paz sem os ditames dos EUA/OTAN, uma paz sem anexações, pelo desmantelamento da OTAN, revogação das sanções econômicas dos Estados Unidos e aliados à Rússia, autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russa da Ucrânia.

Defendemos colocar em pé uma oposição revolucionária ao governo Lula, levantando-se, ao mesmo tempo, a luta contra os governos burgueses de Nunes/MDB e Tarcísio/Republicanos. São governos alinhados com uma política escancarada de privatização e de favorecimento ao capital financeiro. Precisam ser enfrentados pela mobilização dos trabalhadores, com os métodos da luta de classes.

Pôr abaixo o capitalismo putrefato!

Os ataques sofridos pelos trabalhadores e juventude oprimida possuem uma origem mais profunda. O período que vivemos está marcado por uma brutal ofensiva do grande capital em todas as frentes. Destaca-se o prolongamento da guerra na Ucrânia, que acaba de completar um ano, e o acirramento da guerra comercial entre EUA e China, aspectos que trazem consequências nefastas para as massas do mundo todo.

Na raiz de todos esses problemas se encontra a crise estrutural do capitalismo. As forças produtivas altamente desenvolvidas estão em choque com as relações de produção monopolistas, e com as fronteiras nacionais. Os acordos do pós-Segunda Guerra estão superados. É necessária uma nova partilha do mundo. O grande capital necessita abocanhar mais mercados, fontes de matéria-prima e, sobretudo, destruir forças produtivas. Precisa eliminar antigas conquistas da classe operária e dos trabalhadores em geral. O capitalismo não tem nada a oferecer à humanidade, a não ser a barbárie.

A Corrente Proletária na Educação/POR se coloca em defesa da ligação entre as reivindicações mais sentidas dos oprimidos e a luta mais ampla em defesa da superação revolucionária do capitalismo, em defesa do socialismo. O que passa pela intervenção classista e combativa nos organismos de massa dos explorados, no campo da independência de classe.